

MORTE E VIDA SEVERINA ENTRE RUAS, VIADUTOS E ARRANHA-CÉUS: CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E A FUGA DO TRABALHO ORGANIZADO E SOLIDÁRIO NA CIDADE DE BELO HORIZONTE/MG

*Camila Álvares dos Reis
Armando dos Santos de Sousa Teodósio*

RESUMO

Apesar da existência de cooperativas de reciclagem em diversos pontos das cidades, alguns catadores preferem atuar de forma isolada, fazendo o recolhimento dos resíduos sólidos urbanos como meio de sobrevivência. Neste artigo, buscamos compreender por que alguns catadores de materiais recicláveis preferem atuar informalmente e fora das cooperativas. Com isso, analisa-se, portanto, o perfil dos indivíduos investigados, a sua atuação no contexto das ruas e os elementos que levam a esse desinteresse em criar vínculos com as cooperativas e associações de reciclagem. O texto discute se esse fenômeno se constitui como uma opção ou uma resistência contra as cooperativas, além de apontar os desafios e perspectivas dessa escolha. Por fim, são discutidos o papel da sociedade civil, do Estado, dos atores de mercado e do próprio movimento de catadores diante dessa realidade de atuação independente nas ruas.

Palavras-Chaves: Catadores Reciclagem, Cooperativas, População em Situação de Rua, Economia Popular Solidária.

7.1 INTRODUÇÃO

Ao analisar a dinâmica de Governança dos Resíduos Sólidos em Belo Horizonte com um olhar voltado aos catadores cooperativados a serem inseridos na dinâmica de parcerias intersetoriais, foi possível perceber uma parcela de catadores que preferem atuar de maneira isolada, fora das cooperativas de materiais recicláveis, coletando, reciclando, reutilizando e comercializando esses materiais por conta própria. Ao buscar um aporte teórico que discutisse esse questionamento, concluiu-se que existe uma lacuna teórica a esse respeito, mostrando ausência de relatos que interpretem esse fenômeno. Por esse motivo, se faz relevante este estudo no que diz respeito ao meio científico e sua implicação prática, uma vez que é necessário discutir a inclusão dos catadores de materiais recicláveis na gestão dos resíduos, assim como determina a Lei de nº 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e que gerencia a gestão dos resíduos no país.

É importante ressaltar também a emergência da reflexão sobre a atuação do catador na sociedade, visto que este é um agente ambiental que encontra valor econômico no que é descartado, e que melhor conhece do material que é retirado das ruas, além de ter maior expertise na criação de estratégias para acessar as zonas de maior dificuldade de recolhimento do lixo, como as zonas de risco das periferias.

O catador é considerado um lixo social que se mistura ao produto que recolhe. Por isso, habitualmente, está à margem da sociedade, principalmente devido à falta de recursos, baixa escolaridade e por ter “baixa rede de contatos, que limita a interação para além do mesmo nível social, o que dificulta a melhoria de vida” (MILTON FILHO; PIRES, 2013; DIAS, 2002).

Nesse sentido, questionar as formas de trabalho do catador é essencial, não apenas para compreender as escolhas realizadas por este, mas para também questionar as melhorias de vida desses catadores que, por desrespeito de algumas organizações, são considerados como pessoas que não querem trabalhar. Estas organizações acreditam que eles não se integram ao sistema capitalista atual, por não considerarem a catação como uma atividade de trabalho.

É importante considerar os atores que trabalham de forma isolada, usando o capital de forma autônoma e “desorganizada” (fora de organizações convencionais), por atuarem gerando sustentabilidade e possibilidades alternativas e criativas de meios de produção. Estes, movimentam não apenas o capital econômico, mas também o capital social.

Para o estudo, como método de pesquisa foram realizadas duas pesquisas de campo desenvolvidas em etapas distintas, sendo estas: no primeiro semestre de 2016, e a segunda no segundo semestre deste mesmo ano. O intuito foi compreender como se dá a dinâmica da “catação” de materiais recicláveis em Belo Horizonte de acordo com a percepção de: a) gestores públicos; b) de atores políticos; c) de organizações da sociedade civil; d) de membros de organizações não governamentais; e) de empresas; e, por último, f) de um determinado perfil de catadores, que são os que circulam efetivamente nas ruas e vivem nelas: as pessoas em situação de rua.

Diante de toda a investigação e percepção do percurso, do perfil do catador (que não se aplica unicamente a um determinado perfil) e da lógica de trabalho como meio de resistir às ações do planejamento urbano padronizado, foram analisadas as novas formas de sentido que o catador atribui aos materiais recicláveis. Este, localiza no que é descartado pela maioria da população uma possibilidade de geração de valor para consumo através da ressignificação atribuída ao lixo, considerando também as suas escolhas de se manterem fora do modelo das cooperativas, que poderiam gerar uma maior possibilidade de rentabilidade do trabalho.

7.2 O CATADOR DE MATERIAL RECICLÁVEL

De acordo com Dias (2002), o catador de material reciclável é definido por um imaginário popular como aquele que realiza a coleta de material reciclável pelas ruas da cidade, com carrinhos de tração humana que chegam a pesar 800 quilos. Esses catadores são subdivididos em grupos e, na maioria das vezes, são considerados como catadores itinerantes, que trabalham de forma isolada ou em cooperativas, em um modelo informal, individual ou coletivo.

Eles são definidos pela sociedade como: a) trabalhadores honestos que encontram no lixo a possibilidade de sustento (PEREIRA; GODOI; COELHO, 2012); b) como agentes do meio ambiente, que têm relação direta com a sustentabilidade ambiental e a reciclagem (DIAS; SANTOS; PEREIRA, 2009) e que devem ter reconhecidos seus direitos trabalhistas por serem profissionais (FERREIRA; FREITAS, 2015); c) que deveriam ser diferenciados do morador de rua devido à atividade de catação não se restringir apenas a um grupo (DIAS, 2002); e d) como pessoas que estão em um limiar de nomenclatura pela dificuldade de serem categorizados como trabalhadores ou desempregados, principalmente por alguns gestores públicos não considerarem a catação independente como uma forma de trabalho (BAPTISTA, 2015).

Dias, Santos, Pereira (2009) e Jesus e Barbieri (2013) nos fazem uma provocação ao dizerem que a indústria da reciclagem recicla não apenas o lixo físico, mas produz também uma reciclagem social, resgatando sujeitos que estão em situação de vulnerabilidade social e lástima. O Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis (MNCR) surge em 2001, exatamente como uma necessidade de mudar a percepção da sociedade sobre o trabalho do catador e como uma forma de manifestação da luta por espaço e direitos. Esse movimento ganha força com a atuação ativa dos próprios catadores e, em 2002, transforma a atividade de catação em uma profissão regulamentada pelo CBO (Cadastro Brasileiro de Ocupações), além de transformar o dia sete de junho no Dia do Catador (SILVA, 2006; CARVALHO, 2016). Este é definido como aquele que recolhe, seleciona e vende materiais recicláveis e como um profissional autônomo ou organizado, que trabalha também nas cooperativas e associações de recicláveis (BESEN; RIBEIRO; GÜNTHER, et al., 2014), sendo nomeado geralmente como: catador de material reciclável, catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, entre outras adjetivações. As atribuições dessa atividade de catação podem ser assim resumidas como: catar, selecionar e vender materiais recicláveis, sendo estes o papel, o papelão, o vidro e outros materiais reaproveitáveis (FERREIRA; FREITAS, 2015).

Besen e Ribeiro et al. (2014) afirmam, a partir de um levantamento realizado pelo IBGE em 2010, que é possível estimar um número de mais de 500 mil catadores de materiais recicláveis circulando pelo Brasil. Para os autores, o perfil desses trabalhadores irá variar. Mas, analisando o levantamento realizado pelo IPEA, eles percebem que esses catadores têm em média 39 anos, sendo 68,9% de homens e 31,1% de mulheres; destes, 66% são negros, com uma média de renda de R\$ 510,00 reais por mês. Já Ferreira e Freitas (2015) afirmam que existe um percentual maior de mulheres atuando na região da Mata e Centro Oeste de Minas Gerais, o que demonstra uma variação dos dados em relação à análise dos gêneros, de acordo com a localidade pesquisada. A análise de Ferreira e Freitas (2015) acrescenta que, no universo sociofamiliar do catador que executa o trabalho no lixão, existe uma média de três indivíduos por família, na qual todos eles vivem ao lado do lixão e sobrevivem do trabalho de catação. O principal motivo de trabalhar no lixão, de acordo com a pesquisa feita pelos autores, é devido ao desemprego e à necessidade de complementação de renda. Também citaram como um dos principais motivos de trabalhar com a catação a autonomia, que permite escolha de formas de trabalho e horários.

Milton Filho, Pires (2013) e Dias (2002) perceberam também que as redes de relacionamento dos catadores são muito curtas e que, por esse motivo,

difícilmente constroem laços fora do contexto do lixão. A grande maioria possui uma quantidade elevada de filhos e tem baixa escolaridade, e esses dois fatores, muitas vezes, determinam a presença de muitos membros da mesma família na profissão. A falta de experiência para executar outras atividades e a falta de estudos, acabam obrigando essas pessoas a ficarem na mesma função, o que impossibilita a criação de novos vínculos e relacionamentos interpessoais, deixando a rede de contatos muito limitada, sem possibilidade de buscar novas alternativas de trabalho.

Em uma pesquisa publicada por Pereira, Godoi e Coelho (2012), identificaram que qualidade de vida, para os catadores, significa: a) encontrar na catação um trabalho honesto e, por meio desse trabalho, conseguir os recursos para sobreviver; b) possibilidade de ganhar de modo autônomo o sustento a partir da coleta de materiais recicláveis; c) conseguir comprar uma casa ou reformá-la; d) conseguir comprar alimentos necessários para satisfazer a fome; e) poder consumir o alimento que desejar; f) ter participação política nas decisões internas da associação e poder decidir e se expressar como qualquer pessoa; g) trabalhar para investir na educação dos filhos, para que eles tenham qualidade de vida; h) nos momentos de lazer, poder frequentar lugares que outras pessoas da sociedade frequentam para se divertir; i) e conseguir trabalhar, apesar dos problemas de saúde que a catação traz, porque o trabalho proporcionará o lazer, a alimentação e a aquisição de bens e serviços (PEREIRA; GODOI; COELHO, 2012).

Para Ferreira e Freitas (2015), o catador depende de um grande volume de resíduos recicláveis para viabilizar economicamente a sua atividade. Carvalho (2016) alega que devido à falta de legislação para remunerar os catadores, eles acabam recebendo apenas pelo que vendem e não pelo serviço ambiental que prestam. Milton Filho (2012) acredita que o preço dos produtos coletados é um dos grandes obstáculos que os catadores enfrentam, porque os catadores do lixão acabam vendendo o seu material no próprio local para facilitar a venda e, por isso, não negociam os valores.

“São os atravessadores da compra e venda dos produtos (material coletado) os formadores de preço, e os catadores, por agirem buscando necessidades imediatas, não conseguem negociar uma estratégia coletiva de preço único e/ou mínimo para cada produto, também motivado pela falta de estudos técnicos para subsidiar a organização de catadores” (MILTON FILHO, 2012, p. 355-358).

Dias (2002) afirma que a territorialização do catador é fruto de um processo histórico no que diz respeito à obtenção de “pontos” de materiais recicláveis na cidade. O território de cada catador é formado por uma série de “pontos” de

coleta, tais como: lojas, bancos, instituições públicas e shopping centers, entre outros, que, através de acordos feitos com os porteiros, vigilantes, faxineiros ou até mesmo com gerentes dos setores de serviços gerais, que entregam os materiais (alguns já praticamente limpos, outros ainda misturados ao lixo), determinando o trajeto e o roteiro de coleta de cada catador (DIAS, 2002, p.11). Isso também vai determinar o valor que será atribuído para cada coleta realizada, de acordo com o repasse desse material e pela diferença entre o catador do lixão e o catador das ruas da cidade.

É importante ressaltar que o trabalho de catação realizado de forma isolada, sem parceria e sem apoio do setor público e privado, torna o trabalho do catador precário e pouco efetivo. Isso deve-se à impossibilidade de recolher muitos materiais, que muitas vezes são recolhidos misturados, e não permite a reciclagem e a reutilização, e ainda demanda do catador que repasse esse material para o primeiro que aceitar comprá-lo por não conseguir transportar um grande volume. Dada a oportunidade, os atravessadores dos ferros velhos compram os materiais pelo primeiro valor que oferecem. Todas essas questões acabam gerando uma dificuldade na cadeia de gestão do próprio catador, que não consegue receber o valor devido pelo trabalho executado. Por esse motivo, o trabalho coletivo, cooperativado, em forma de cadeia e rede, facilita o trabalho do catador, gerando um maior recurso de trabalho e, em decorrência disso, uma melhor renda financeira. Mas, mesmo assim, alguns catadores ainda escolhem se manter fora das cooperativas de recicláveis.

7.2.1 Catadores em Minas Gerais e em Belo Horizonte

O estado de Minas Gerais demonstrou avanços em relação às políticas públicas de apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis. Carvalho (2016) ressalta que Belo Horizonte foi o primeiro município a inserir o trabalho dos catadores na gestão dos resíduos por meio de coleta seletiva, e menciona que foi também a capital de Minas a pioneira na promoção do primeiro “Encontro Nacional de Catadores de Papel”, em 1999, o que deu origem embrionária ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis” (CARVALHO, 2016, p.59-60).

Carvalho (2016) afirma também que a Lei estadual de nº 14.128/2001, que dispõe sobre a Política Estadual de Reciclagem de Materiais de Minas Gerais, reconheceu o trabalho e a necessidade de integrar os catadores na gestão compartilhada dos resíduos, e que isso é evidenciado, por exemplo, na criação do Centro Mineiro de Referência em Resíduos, (CMRS), criado em 2007 através

da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) e da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). O CMRS apoiou os municípios na gestão integrada dos resíduos, e foi fundamental na atuação de treinamentos e capacitação dos catadores para a melhoria do trabalho de catção e comercialização dos materiais. A partir disso foi possível agregar valor às redes de cooperativas e associações (CARVALHO, 2016). O governo de Minas também criou a Bolsa Reciclagem, que é uma variação do modelo da logística reversa (ABRAMOVAY; SPERANZA; PETITGAND, 2013). Essa bolsa é uma política de Pagamento aos Serviços Ambientais Urbanos (PSAU), que tem como objetivo remunerar os catadores de materiais recicláveis que atuam no estado de Minas Gerais e que estão organizados em associações e cooperativas, prestando serviços na gestão integrada de resíduos sólidos (CARVALHO, 2016).

“O programa Bolsa Reciclagem é um reconhecimento da ação de coleta, triagem e comercialização de materiais recicláveis retirados dos resíduos urbanos pelos catadores, pois garantem o reaproveitamento destes materiais como matéria-prima para a indústria, preservando os recursos naturais de que estes materiais são feitos e contribui com a economia de energia na produção de novas mercadorias. Além disso, essa ação reduz a quantidade de resíduos que deverão ser destinados aos aterros sanitários, reduzindo os custos das prefeituras com aterramento de resíduos sólidos urbanos e diminuindo o impacto ambiental que o lixo causa ao meio ambiente” (CARVALHO, 2016, p.63-64).

Para receber esse incentivo, as organizações de catadores devem apresentar alguns documentos, demonstrar regularidade fiscal e comprovar que estão reinserindo de fato os materiais coletados na cadeia de gestão de acordo com o padrão definido pelo Comitê Gestor. Este determina quais são os resíduos considerados para o pagamento da bolsa, conforme regulamenta o decreto 45.975/2012 (MINAS GERAIS, 2012).

7.2.2 Catadores e cooperativas entre o Mercado e o Estado

Outro ator importante na relação com as cooperativas de catadores são as empresas. Ficher (2005) afirma que as práticas empresariais de atuação social vêm crescendo nos últimos cinco anos no país, e isso se fez possível pelo ideário da Responsabilidade Social. O interessante dessa proposta é que as empresas, que já praticavam parcerias com o intuito de apostar no social, começaram a ampliar essa atuação passando a divulgá-la ou demonstrando maior valor por essas ações.

Borges (2008) enfatiza que a atuação conjunta entre organizações da sociedade civil, empresas e governo para a implementação de projetos sociais,

potencializa a qualidade das ações. Este autor afirma também que o comportamento conexo entre os agentes de transformação faz vislumbrar a possibilidade de um movimento social com convergências de ideias, provocando alianças, parcerias, intersetorialidade e redes. Mas o autor acredita que para que um trabalho em conjunto funcione, é necessário haver credibilidade, confiança, planejamento, avaliação em comum acordo, definição de papéis, expectativas, responsabilidades, mensuração de resultados e impactos, além de uma série de outros fatores que deixam essa tarefa muito complexa.

De acordo com Jesus e Barbieri (2013), as parcerias entre empresas e cooperativas possibilitam o desenvolvimento. Isso porque, através destas parcerias, as empresas podem criar vínculos com as cooperativas, doando materiais em troca dos serviços de coleta; ou, até mesmo, na condição de consumidoras, comprando materiais das próprias cooperativas. Países em desenvolvimento fazem uso “desse recurso de parceria entre catadores e empresas, o que estimula a criação de cooperativas e incentiva a legalização do trabalho dos catadores, criando o contrato para as atividades de coleta e reciclagem” (BESEN; RIBEIRO et al., 2014). Carvalho (2016) afirma que os convênios com as prefeituras municipais trazem benefícios aos cooperados, uma vez que o convênio com o poder público garante a efetividade do serviço e, em contrapartida, permite a inclusão social através do trabalho e geração de renda.

Já Batista (2015) menciona que as cooperativas são vistas como coitadinhas, mas que não são. Ele acredita que elas precisam perder esse estereótipo para atuar de forma ativa junto ao primeiro e segundo setor. Ao mesmo tempo, elas estão vivendo uma situação de desamparo estrutural, mesmo que estejam se organizando lentamente. O autor afirma que elas precisam de tudo:

“Auxílio jurídico no que diz respeito a um ambiente próprio, para que não sejam ameaçadas de despejo; auxílio financeiro, para que possam fazer reformas estruturais nos galpões e que possam obter máquinas e equipamentos; auxílio cultural e educacional, para que possam difundir a cultura do cooperativismo e melhorar suas técnicas de segregação; auxílio social, para que sejam capazes de estruturar ações voltadas aos cooperados e que possam estendê-las para as suas famílias; auxílio logístico, com o objetivo de combater o gargalo fundamental que é a falta de transporte; e auxílio político, para que possam reequilibrar as forças políticas e sejam capazes de se fazerem ouvidas pelos agentes públicos” (BAPTISTA, 2015, p. 161).

Considerando que não se trata apenas de agregar valor às cooperativas, é necessário talvez, que exista um auxílio inicial do governo, e que abram as portas e recebam essas pessoas que são vistas como “incompetentes” no modelo tradicional de negócio. De acordo com o portal on-line da Superintendência de

Limpeza Urbana (SLU), a prefeitura de Belo Horizonte está subsidiando as despesas de aluguel e reforma da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE). Esse auxílio surge a pedido dos próprios catadores através do programa “Lixo e Cidadania” (CARVALHO, 2016), demonstrando sua força ativa na reivindicação de direitos e a necessidade de auxílios.

Os catadores, ao se deparar com o lixo, visualizaram uma possibilidade alternativa para sua sobrevivência. A sociedade, por sua vez, encontrou na reciclagem uma maneira de reverter o crescente quadro de degradação ambiental, (CAMPOS; GUIMARAES et al. 2009; BOURAHLI et al., 2011), sendo essa a tradução de uma forma criativa de lidar com o desemprego, com as questões ambientais geradas pela má gestão do resíduo e com a exclusão social das camadas mais baixas da população. A reciclagem e a coleta seletiva são uma possibilidade que estimula o trabalho das cooperativas, fortalecendo consecutivamente a atividade dos catadores na cidade, gerando emprego e renda e possibilitando que uma parcela da população, que está à margem da sociedade, entre no mercado de trabalho e busque viver de forma “digna” (BOURAHLI et al., 2011).

7.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de compreender a escolha dos catadores de se manterem fora das cooperativas, foi realizada uma pesquisa qualitativa, com revisões teórica e documental de entrevistas estruturadas, desenvolvidas em duas épocas distintas. Houve análise de conteúdo em ambas para avaliar os resultados das pesquisas de campo.

A revisão literária pautou-se inicialmente no resgate do conceito de catador, a fim de compreender como a atividade de catação acontece na cidade de Belo Horizonte. Após a breve contextualização do trabalho de catação e a importância da atividade junto aos impasses e dificuldades, objetivou-se analisar o porquê da escolha de alguns catadores preferirem permanecer fora das cooperativas de recicláveis, uma vez que estas são consideradas como “apropriadas”, de acordo com os pesquisadores (entre aspas, considerando as muitas nuances que envolvem essa questão), para o trabalho organizado da catação.

A pesquisa foi realizada em duas partes. A primeira foi a análise documental de uma pesquisa desenvolvida pela autora, de março a maio de 2016, em que a pesquisadora realizava um estágio supervisionado em uma instituição religiosa de Belo Horizonte chamada Fundação Espírita Divino Amigo (FUNDAMIGO), que recebe e dá apoio a pessoas em situação de rua. Nesse

estudo, a pesquisadora, como psicóloga, realizou nove entrevistas com homens em situação de rua. O objetivo era analisar as formas de sobrevivência dessas pessoas, questionando se estes atores faziam uso da catação como uma forma de economia alternativa. Como o estágio se tratava de uma obrigatoriedade curricular do curso de psicologia, nessa investigação não foi possível utilizar o gravador como forma de registro das entrevistas. Por isso, foi possível fazer apenas as anotações das falas durante as entrevistas. Isso ocorreu em virtude do ambiente de pesquisa oferecer alguns riscos, como por exemplo a presença de pessoas envolvidas em assaltos e prisões, além de possuírem delírio persecutório por uso contínuo de substâncias químicas ou por serem pessoas com transtornos mentais.

Nessa primeira pesquisa de campo, foi desenvolvido um roteiro de entrevista constituído por vinte perguntas, estruturadas com foco em noções de saúde, família, história de vida, segurança, alimentação, higienização, interrelação e convívio social, violência, uso de álcool e outras drogas e, por último, as formas de sobrevivência nas ruas, focando no trabalho com recicláveis, trabalho em cooperativa e outras formas de sobrevivência, sendo essas perguntas mais focadas e objetivas. O perfil dos entrevistados variou entre homens de 30 a 55 anos; as intervenções foram baseadas na metodologia de pesquisa-ação, com o intuito de compreender a dinâmica do grupo específico, sendo este composto por: homens com vivência de rua, que possuem formas de sobrevivência e gestão do cotidiano através da coleta e uso de resíduos. As intervenções, na perspectiva da psicologia social em uma lógica de “investigação-ação” (TRIPP, 2005), permitem escuta clínica, orientações e intervenções em relação às dificuldades.

Quadro 7.1 - Pessoas em situação de rua

NOME	IDADE	COMPOSIÇÃO FAMILIAR	NATURALIDADE	MOTIVAÇÃO PARA SAIR DE CASA
J.B	51	Nenhuma	Brumadinho (MG)	Quando perdeu a mãe
A.B	30	Não sabe, porque não vê a família faz tempo	Espírito Santo	Não respondeu
F.	35	Pai, madrasta, 6 irmãos, tio e prima	Osasco (SP)	Quando perdeu a mãe
OS.	45	Ex-esposa, 2 filhos (Belo Horizonte/MG), mãe e tia (Rio de Janeiro)	Rio de Janeiro	Alcoolismo
P.	52	Ex-esposa, 6 filhos e 4 netos	Belo Horizonte (MG)	Quando separou da esposa
A.	36	Mãe, filho e sobrinha	Não informado	Alcoolismo
F2.	53	Um filho	Itaúna (MG)	Alcoolismo
L.F	30	Criado pelos avós maternos	Itabirito (MG)	Não respondeu
W.	33	Mãe e alguns tios	Belo Horizonte (MG)	Influência da mãe usuária de drogas; saída prisão e falta de motivação de retorno para o bairro que morava

Fonte: Reis e Teodósio, 2016.

Concomitantemente, a pesquisadora realizou uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a gestão dos resíduos sólidos e a inserção dos catadores de materiais recicláveis na cadeia de gestão. Nessa pesquisa, foram considerados os impasses e os avanços a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos, para compreender a que ponto a inclusão dos catadores estava sendo realizada de fato. Nessa pesquisa também houve entrevistas com nove gestores que estão ou estiveram ligados à gestão dos resíduos sólidos urbanos em Belo Horizonte. O intuito era compreender a percepção desses atores especialistas e observar como a literatura encara essa dinâmica. Essas entrevistas foram realizadas de junho a agosto de 2016. Foram gravadas, transcritas e, posteriormente, averiguadas por análise de conteúdo. O perfil desses entrevistados foi composto por políticos (Municipal e Estadual), atores técnicos que atuam no governo, além de representante de Organizações Não Governamentais (ONG) e membros da Organização da Sociedade Civil (OSC).

Para mantermos as entrevistas em sigilo absoluto, os nomes dos entrevistados não serão divulgados.

Quadro 7.2 - Gestores envolvidos com a gestão dos resíduos em Belo Horizonte

PERFIL	ENTREVISTADO	SEXO
Político 1	Vereador	Masculino
Político 2	Assessora Parlamentar de Deputado	Feminino
Governo 1	Gestora da FEAM	Feminino
Governo 2	Gestor da FEAM	Masculino
Governo 3	Gestora de empresa de limpeza urbana	Feminino
OSC Internacional	Gestora de ONG Internacional	Feminino
ONG Nacional	Gestora de ONG Nacional	Feminino
ONG Municipal	Gestora de ONG Municipal	Feminino
OSC Municipal	Representante de Cooperativa de Recicláveis	Masculino

Fonte: Reis e Teodósio, 2016.

7.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.4.1 A Catação para as pessoas em situação de rua

Ao analisar as entrevistas, foi possível perceber que a maioria dos entrevistados que vivia em situação de rua realizava a atividade de catação em algum momento ou, de alguma forma, como possibilidade de sobrevivência. Geralmente, o material coletado era constituído por restos de alimento, restos de cigarro e, em sua maioria, latinhas de refrigerante e cerveja. Alguns questionaram a dificuldade de encontrar latinhas, pois alguns prédios residenciais tomaram o hábito de separar o alumínio para revenda própria:

“Cato latinhas de refrigerante e cerveja para vender. Mas é muito difícil catar latinha, porque é muita concorrência. Têm algumas pessoas que ajudam juntando as latinhas e guardam pra mim, mas têm pessoas que, mesmo tendo trabalho fixo com carteira assinada, também juntam latinhas para vender no ferro velho, o que aumenta ainda mais a concorrência e dificulta, porque a latinha já é barata e, para conseguir um bom dinheiro, tenho que juntar muita latinha. Como não tenho carrinho, tenho que pegar

um emprestado para levar para o ferro velho. Cada quilo de ferro paga no máximo em torno de R\$ 3,20 e, para conseguir um salário mínimo, teriam que juntar 19 mil latinhas. O papelão é R\$0,10 o quilo, ou seja, tenho que conseguir 10 quilos por dia para conseguir em torno de R\$10,00. Para pegar um carrinho emprestado no ferro velho, eu tenho que deixar a minha identidade lá, e no final do dia tenho que entregar o carrinho, se não nem devolvem a minha identidade” (P.) [sic].

Algumas pessoas em situação de rua não são tão favoráveis à coleta de materiais para revenda. Isso se dá em razão do baixo custo do repasse do material, mas afirmam que, em certas ocasiões, a catação é sempre uma opção de sobrevivência. Apenas um dos nove entrevistados disse que não utiliza a catação como forma de sobrevivência devido ao fato de ser uma atividade pouco compensatória financeiramente.

Muitos relataram contato com as cooperativas de recicláveis, informando que, às vezes, fazem o empréstimo do carrinho para coleta deixando a identidade como forma de garantia de retorno. Porém, muitos dizem que carregar o carrinho de coleta é algo inviável, uma vez que as cooperativas têm horário de funcionamento, não permitindo qualquer horário de entrada e saída. Como é necessário coletar um volume grande de materiais para vender, às vezes retornar com o carrinho é um empecilho para eles.

“Às vezes o ferro velho fecha antes de conseguir chegar. Ou está muito cheio e não sobra dinheiro para comprar de quem está no final da fila. O ferro velho fecha às 17h, por isso tenho que entregar antes desse horário. O dinheiro que eu ganho é o dinheiro que eu como. Se eu não consigo vender, eu não consigo alimentar, e por isso eu como mal, por comer comida estragada” (P.) [sic].

Eles também mencionam que o fato de usarem drogas. Geralmente faz com que utilizem outros meios mais rápidos de adquirirem condições de sobrevivência nas ruas. Citam, como exemplo, descarga de caminhões e pintura, que por mais que ocupem um dia de trabalho, permitem um maior retorno financeiro, sem a demanda de logística de coleta, separação e entrega em depósito.

Ficou evidente pelas falas dos entrevistados que o trabalho cooperativado é uma forma de trabalho formal, mesmo que com regras mais flexíveis. Eles demonstraram que estar nas ruas é uma opção e uma escolha de vida, e por mais que tenham condições de encontrar um familiar, não desejam retornar para uma residência fixa, pois essa ação traz também a responsabilização de ter que trabalhar, além da casa do familiar não ser considerada por estes como um lar.

O entrevistado L.F menciona que tem familiares em Itabirito e em Belo Horizonte, mas que estes sequer sabem que ele está morando nas ruas. Afirmou

também que costuma vir para Belo Horizonte para ficar um tempo, sem precisar aturar a “encheção” de saco da família, que o obriga a arrumar um trabalho formal. Outro entrevistado também demonstra a falta de interesse de não ter vínculo de trabalho formal.

“Às vezes tenho ‘surto’ e vou para o centro da cidade e fico bebendo nas ruas. Chego a ficar quatro dias nas ruas catando latinhas e vendendo no ferro velho perto de onde fico. Com esse dinheiro dá para sobreviver na rua e só depois de um tempo decido voltar para a casa da minha mãe” (A.) [sic].

Muitos mencionam que recebem alguns auxílios do Governo Federal, como o Bolsa Família, Bolsa Moradia e um deles o cartão do restaurante popular. Por conta disso, não ficam tão dependentes da catação.

Um dos entrevistados reconheceu que a catação realizada junto à cooperativa é mais bem remunerada, pela experiência que teve trabalhando na Asmare. Mas, mesmo com a remuneração sendo mais alta, preferiu atuar de forma isolada, retornando à cooperativa apenas nos dias que convêm.

7.4.2 VISÃO DOS ESPECIALISTAS EM GESTÃO DE RESÍDUOS

Para os gestores entrevistados, o catador é extremamente relevante para a cadeia de gestão. Eles afirmaram que atualmente, estes são vistos como um agente ambiental.

O gestor da FEAM menciona que, em um país como o nosso, o catador é fundamental, mas afirma esperar que um dia o catador não desempenhe a catação da forma como é realizada hoje. Isso porque, no formato atual, os catadores são estigmatizados e tratados como invisíveis ou lixo social. Ele acredita que esse trabalho é viável e compreende que é necessário que exista, porque funciona como uma maneira de manter as pessoas alimentadas, além de preencher uma lacuna de exclusão social. Mas ressalta que isso não o deixa feliz; que, pelo contrário, fica muito triste por existirem catadores em condições sub-humanas.

Outro entrevistado comenta que os catadores ainda são considerados como um estorvo para a sociedade em geral, e que apenas são notados quando atrapalham o trânsito.

“Eles são vistos como um estorvo quando estão passando com o carro deles, que têm quase 800 quilos atrasando o trânsito... Eles são vistos mais como estorvo do que como uma pessoa que está fazendo...como agentes ambientais” [sic] (GESTOR DA FEAM).

Os entrevistados mencionam que a reciclagem é um recurso ambientalmente relevante para preservar os recursos naturais:

“Já é um consenso no mundo que o catador é um grande responsável pela reciclagem. Eles têm um papel importantíssimo, e o BID está acompanhando, porque o Brasil está muito avançado nisso. Cada vez que eu reciclo, eu estou gerando uma cadeia produtiva, e uso esse material como matéria prima. A reciclagem é quando eu volto o material para cadeia produtiva original, principalmente como matéria prima. O tratamento, normalmente eu vou trabalhar ali, a compostagem, fazer um composto, um resíduo orgânico, fazer energia. Fralda, por exemplo, eu não consigo fazer reciclagem, mas posso fazer energia com ela, fazer gaseificação e coisas assim. Para nós, nosso lixo é formado de resíduos e de rejeitos. Resíduo é tudo que eu posso levar até a reciclagem. O rejeito é o que não tem mais jeito mesmo. O catador faz um trabalho de separação e sensibilização na fonte, eles levam para o galpão, triam, separam, prensam e estocam” (ONG 2).

“O catador não pensa só na gestão do resíduo, ele pensa em toda logística, desde que aquele material que não pode ser contaminado, porque foi separado dessa forma, que entra na cooperativa de um jeito, que vai para a prensa de um jeito... Que é a diferença de um gari, que pega o material e joga no caminhão e aquele material se mistura mais, ou é contaminado, porque quando chega à cooperativa tem perdas... Então o catador tem um olhar que é do todo em relação à cadeia do material” (ONG1).

“O catador é um ator importante numa cadeia de valor que é a cadeia da reciclagem. A catação tem um triplo viés, porque o catador não só é um fator social, não só um fator econômico numa cadeia de valor, e a gente é um prestador de serviço num sistema sociotécnico. Então eles têm demandas específicas em termo de cobertura, em termo de ciência, em termos de meio ambiente. Então são três dimensões distintas. Catador não pode ser pensado só como um problema social. Ele tem que ser pensado como um fator econômico, então tem que pensar como desafio como fator integrativo... tem essa demanda do social, mas não podemos perder as outras demandas... A PNRS reconhece o catador, mas ele coloca esse desafio para todos nós de sair da nossa zona de conforto” (GOV 1).

Para os atores entrevistados, o catador pode ser considerado tanto um agente de transformação - que conquistou o seu espaço por uma luta coletiva -, como também um estorvo social invisível. Também é pontuado que o catador é quem melhor sabe separar o material reciclável, porque é ele quem reconhece o material pelo peso, porte, olhar e pelo tempo que eles fazem a catação. Mas que eles não são coitadinhos; eles são empreendedores que gostam de trabalhar à sua maneira, mas é necessário viabilizar as formas de trabalho, porque eles não querem ser funcionários da prefeitura, eles querem empreender e trabalhar para si próprios, seja como associado ou cooperativado.

Os entrevistados ressaltam que os catadores são atores de luta e resistência. São eles que melhor conhecem o material com o qual trabalham. Desempenham

também um papel de prestador de serviço ambiental de altíssima qualidade, que deve ser reconhecido pela forma eficiente e inteligente com que atuam. Contudo, os catadores ainda desempenham esse tipo de trabalho de maneira desumana. Portanto, há a necessidade de visibilidade, para com isso adquirir novos recursos e melhorias nas condições de trabalho.

Os atores entrevistados comentam que nas cooperativas há uma rotatividade enorme de cooperativados, o que dificulta o treinamento e a gestão. Comentam também que os galpões estão sucateados, e não representaram avanço algum desde a década de 1990, possuindo condições sérias de insalubridade. A prefeitura ainda trata de maneira informal as associações e não considera o trabalho que os cooperativados executam. Consideram o trabalho como uma caridade aos pobres.

Chamou-se atenção para o fato de que existem cooperativas em vários níveis, e que o gargalo para algumas são os cooperados que saíram das ruas, que não têm o que comer e que entram no mercado capitalista através da cooperativa sem entender muito bem o que estão fazendo.

Todos os entrevistados citaram a gestão como um desafio para as cooperativas. Estes acreditam que a gestão de um empreendimento solidário, que não tem capital de giro, é muito difícil no seu cotidiano, e que a gestão administrativa de qualquer negócio é realmente uma tarefa muito complexa e que muitos deles também realmente não querem entender.

7.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou compreender se os catadores de materiais recicláveis são adeptos às cooperativas como vínculo de trabalho ou não, e quais seriam os motivos de suas escolhas.

Após as primeiras entrevistas, focadas nas pessoas em situação de rua, foi possível concluir que estas pessoas não se sentem atraídas para trabalhar em um modelo de cooperativa. Isso porque, para elas, essa lógica ainda abarca o modelo convencional de trabalho, que as obriga a terem horário de entrada e saída, além de outras regras consideradas como rígidas. Portanto, é possível concluir que trabalhar com catação em cooperativas não é uma opção para a maior parte dos catadores de materiais recicláveis de rua, mesmo se a remuneração for um pouco menor, pois a escolha de trabalhar com resíduos é realizada como uma possibilidade de recolher o que foi descartado pela sociedade, mas isso quando desejarem e sem necessidade de autorização ou dar satisfação sobre o trabalho. É possível concluir também que a lógica de coleta de materiais se

dá unicamente pela sobrevivência momentânea, não sendo de interesse dessas pessoas uma boa remuneração para acúmulo de bens. Por isso, não importa se a remuneração é baixa, pois na medida em que não existe vínculo formal, a relação custo-benefício compensará pelo único e simples fato de poderem fazer a catação quando quiserem, ou, então, a substituírem por outras atividades

No que se refere à percepção dos gestores sobre a inclusão dos catadores na gestão dos resíduos, foi possível perceber que, para estes, o catador é um ator de extrema relevância na gestão de resíduos sólidos, uma vez que executam um trabalho ambiental não reconhecido pela sociedade. Mas afirmam que os catadores devem ser remunerados adequadamente pela atividade que executam, e também ressaltam a rotatividade de pessoas nas cooperativas, que, por sua condição social, não têm meios de permanecerem na lógica cooperativista. Isso precariza ainda mais o serviço na cooperativa, pois não avançam nos modelos de gestão e dificulta a ampliação de trabalho em rede junto ao governo e empresas. Contudo, compreendem o fato de alguns escolherem não estabelecer vínculos.

Foi possível concluir que alguns catadores demonstraram falta de interesse em atuar em cooperativas e outros demonstraram desconhecimento. Uma perspectiva que surgiu ao longo da pesquisa foi a possibilidade de trabalhar em parceria intersetorial, apresentando aos catadores as vantagens e desafios de atuarem junto às cooperativas. Isso seria uma maneira de disseminar a ideia para quem desejar atuar, já que não são todos que conhecem esse modelo de trabalho.

Foi possível concluir também que alguns catadores vão continuar atuando de maneira isolada por preferência e por não desejarem ter um vínculo formal de trabalho, mesmo a cooperativa tendo algumas flexibilidades que a difere do trabalho formal. Cabe, portanto, que atores do Estado, da sociedade civil e também do mercado, sobretudo aqueles fortemente orientados e motivados por ideologias baseadas na solidariedade e cooperação no trabalho e na economia, encarem de frente os desafios da fuga sistemática do trabalho de catação que ocorre nas cooperativas.

Em uma era na qual, de um lado, acontece com recorrência um discurso, muitas vezes saudosista, de enaltecimento da solidariedade e da vida comunitária - que supostamente teriam existido com mais intensidade no passado de nossas sociedades, assumindo o status de “soluções mágicas” para o equacionamento de nossos problemas socioambientais -, e, por outro, se defende uma adaptação à lógica do mundo globalizado, competitivo e autointeressado - dominado pelos mercados e sua suposta racionalidade econômica inquestionável e inabalável -,

os catadores permanecem vivendo os dramas e tramas de uma vida sofrida, no limiar entre trabalho e não trabalho, sobrevivência e vulnerabilidade, eficiência e desperdício, valorização social e invisibilidade. Uma verdadeira “vida severina” de sobrevivência sob condições adversas de trabalho, sendo que, muitas vezes, a solidariedade e a cooperação acabam se constituindo em dimensões menos relevantes e até supérfluas nessa sobrevivência muito indigna nas ruas, viadutos e sob os arranha-céus de nossas grandes cidades.

7.6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. *et al.* Lixo Zero: Gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera. *Planeta Sustentável*. Instituto Ethos, 2013.

BAPTISTA, V.F. As políticas públicas de coleta seletiva no município do Rio de Janeiro: onde e como estão as cooperativas de catadores de materiais recicláveis? *Rev. Administração Pública*, n. 49 (1), p.141-144, 2015.

BESEN, G.R. *et al.* Coleta Seletiva na região metropolitana de São Paulo: Impactos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. XVII, n. 3, p.259-278, 2014.

BORGES, A.C.V. *Coordenação Interinstitucional para o desenvolvimento Local: Um estudo em Araçuaí Minas Gerais*. Dissertação de mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

BOURAHILI, A; KONDO, E.K; HEDLER, H.C; BATISTA A.L. A reciclagem como fator de inclusão socioeconômica dos catadores de lixo no Distrito Federal do Brasil. *Revista Capital Científico*, v.9 n.2, Guarapuava, jul./dez. 2011.

CAMPOS, L.M.S. *et al.* A reciclagem como empreendedorismo: fonte de transformação socioeconômica e ambiental. *Revista da micro e pequena Empresa*, Paulista, v.2, n.2, p.3-15, Campo Limpo, 2009.

CARVALHO, T.V. *Coleta Seletiva e Inclusão Social: Desafios da gestão pública municipal no sul de Minas Gerais*. 121p. Dissertação (Mestrado profissional), Universidade Federal de Lavras, Lavras/MG, 2016.

DIAS, S. Lixo e Cidadania: os impactos da política de resíduos sólidos de Belo Horizonte no mundo do trabalho do catador da ASMARE. *Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

DIAS, S; SANTOS, M; PEREIRA, M. A inserção dos Catadores no campo da indústria da reciclagem: Uma análise comparada de duas experiências de redes de economia solidária. *Anais do XI Colóquio Internacional sobre Poder Local - Desenvolvimento e Gestão Social de Territórios*. Salvador, dez. 2009.

FERREIRA, Frederico Poley; FREITAS, Danilo. Perfil dos Catadores de Materiais Recicláveis nos Lixões de Minas Gerais. *Caderno de Geografia*, v.25, n.44, p.1-15, 2015.

JESUS, Fernanda; BARBIERI, José. Atuação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis na Logística Reversa Empresarial por meio de comercialização direta. *Revista de Gestão Social e Ambiental*. v. 7, n. 3, p. 20-36, 2013.

MILTON FILHO, C.F; PIRES, J.O.M. A Influência das Redes Sociais de Catadores na Cadeia Produtiva da Reciclagem. *Revista Gestão e Sociedade*, v. 7, nº 17, p. 249-272, 2013.

MILTON FILHO C.F. Rede de Catadores de Materiais Recicláveis: Perspectiva para a Organização da Autogestão. *Revista Administração Pública e Gestão Social*, v. 4, n. 3, p. 341-364, 2012.

MINAS GERAIS, Publicação – Diário do Executivo, Decreto nº 45.975, de 4 de junho de 2012. Estabelece normas para a concessão de incentivo financeiro a catadores de materiais recicláveis – Bolsa Reciclagem, de que trata a Lei nº 19.823, de 22 de novembro de 2011. *Minas Gerais*, Belo Horizonte, 05 jun. 2012.

PEREIRA, J.C; GODOI, C; COELHO, A.L. Qualidade de Vida dos Catadores de Materiais recicláveis: Um Estudo Etnográfico. *Revista Gestão e Sociedade*. V. 6. nº 14. p.159-177, 2012.

SILVA, R.B. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: Atores, Governança, Regulação e questões emergentes no cenário Brasileiro. *Revista Internacional Interdisciplinar Interthesis*. v.3. n.2, p. 1-40, 2006.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, v.31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.